

**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18/09/2025. PRESIDENTE(S): PAULA CALIL. **SECRETÁRIAS(OS):** DRA. MARA/ T. CORONEL DIAS. **VEREADORES PRESENTES:** PAULA CALIL, MAYSIA LEÃO, MICHELLY ALENCAR, DRA. MARA, ADEVAIR CABRAL, ALEX RODRIGUES, BAIXINHA GIRALDELLI, CEZINHA NASCIMENTO, CHICO 2000, DANIEL MONTEIRO, DEMILSON NOGUEIRA, DÍDIMO VOVÔ, DILEMÁRIO ALENCAR, EDUARDO MAGALHÃES, JEFERSON SIQUEIRA, KÁSSIO COELHO, MARCREAN SANTOS, MARCUS BRITO JR., MARIA AVALONE, PROF. MÁRIO NADAF, RANALLI, SAMANTHA ÍRIS, SARGENTO JOELSON, T. CORONEL DIAS, WILSON KERO KERO. **VEREADORES AUSENTES:** KATIUSCIA MANTELI E ILDE TAQUES. Às 09h03, “*Invocando a proteção de Deus em nome da liberdade e da democracia*”, a sra. presidente – vereadora Paula Calil declarou aberta a sessão e secretariando a vereadora Dra. Mara. Em seguida, os vereadores se posicionaram em postura cívica para a execução do Hino de Cuiabá. No **Expediente da Primeira Secretaria** foram registrados os documentos, a saber: Prefeitura Municipal de Cuiabá, OF. GP n.ºs 2757/2025; 2769/2025; 2742/2025; 2748/2025; 2746/2025; 2783/2025; 2755/2025; 2710/2025; 2708/2025; 2765/2025; 2707/2025; 2736/2025; 2756/2025; 2754/2025; 2747/2025; 2733/2025; 2758/2025; 2729/2025; 2743/2025; 2751/2025; 2730/2025; 2752/2025; 2749/2025; 2745/2025; 2753/2025; 2735/2025; 2738/2025; 2709/2025; 2734/2025; 2732/2025; 2741/2025; 2744/2025; 2737/2025; 2768/2025; 2811/2025; 2809/2025; 2778/2025; 2706/2025; 2772/2025; 2773/2025; 2810/2025; 2812/2025; 2771/2025; 2770/2025; 2780/2025; 2779/2025; 2715/2025 a 2721/2025; Projeto de Lei n.º 592/2025 de autoria da vereadora Katiuscia Manteli; Projeto de Lei n.º 593/2025 de autoria do vereador Adevaír Cabral; Projetos de Lei n.ºs 593/2025 a 595/2025 de autoria do Adevaír Cabral; Projeto de Lei n.º 596/2025 de autoria do vereador Ranalli; Requerimento de Informações n.º 512/2025 de autoria do vereador Daniel Monteiro; Requerimento de Informações n.º 513/2025 de autoria do vereador T. Coronel Dias; Requerimento de Sessão Solene n.º 123/2025 de autoria da vereadora Paula Calil; Veto n.º 33/2025 de autoria do Executivo Municipal; Projeto de Lei n.º 599/2025 de autoria do vereador Marcrean Santos; Projeto de Decreto Legislativo n.º 258/2025 de autoria da vereadora Dra. Mara; Projeto de Lei n.º 601/2025 de autoria do Executivo Municipal; Requerimento de Sessão Solene n.º 123/2025 de autoria da vereadora Paula Calil. Às 09h15, sob a presidência da vereadora Paula Calil e secretariando *ad hoc* o vereador T. Coronel Dias, passou-se à fase do **Pequeno Expediente**. Neste expediente utilizaram-se da oratória os vereadores, a saber: T. Coronel Dias; Eduardo Magalhães; Ilde Taques; Baixinha Giraldelli; Michelly Alencar; Adevaír Cabral, presidente Paula Calil, respectivamente. Às 09h36, foi concedido o uso da Tribuna Livre ao senhor Castiel Edno Araújo dos Santos – atleta de jiu-jitsu, que discorreu sobre o tema: “entrega de moção de aplausos”, solicitação essa de autoria da vereadora Baixinha Giraldelli. Após, foi concedido o uso da Tribuna Livre ao senhor Alfredo Joaquim Ferreira – diretor da escola Adventista do CPA, que discorreu sobre o tema: “educação social”, solicitação essa de autoria do vereador Kássio Coelho. Às 10h05, sob a presidência da vereadora Paula Calil e secretariando a vereadora Dra. Mara, passou-se à fase do **Grande Expediente**. Neste expediente utilizaram-se da oratória os vereadores, a saber: Maysia Leão; Eduardo Magalhães; Dra. Mara; Kássio Coelho; Baixinha Giraldelli; T. Coronel Dias, que cedeu aparte ao edil Ilde Taques; Maria Avalone; Ilde Taques; Samantha Íris; Dídim Vovô; questão de esclarecimento



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Baixinha Girdelli; questão de esclarecimento Dídimo Vovô; Dilemário Alencar; presidente Paula Calil, respectivamente. Em seguida, às 11h34, sob a presidência da vereadora Paula Calil e secretariando *ad hoc* o vereador T. Coronel Dias, sendo feita a verificação de quórum, constatando-o suficiente foi dado início a fase da **Ordem do Dia**. Em seguida, foram apreciados em bloco os processos, a saber: Processo n.º 32223/2025 – Requerimento que requer a realização de Audiência Pública para discutir com o Poder Executivo, outros poderes, e, sociedade civil organizada, sobre os encaminhamentos da implantação de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) na cidade de Cuiabá, de autoria do vereador Dilemário Alencar; Processo n.º 33250/2025 – Requerimento que requer a realização de Audiência Pública para debater a atualização da Lei Municipal n.º 4.449, de 2003, que dispõe sobre a instalação, conservação, reforma, modernização, funcionamento e fiscalização de elevadores no município de Cuiabá/MT, de autoria da vereadora Paula Calil; Processo n.º 32131/2025 – Requerimento que requer à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que seja realizada a Sessão Solene em homenagem aos profissionais do Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial – CASIES de Mato Grosso, através da entrega de Moções de Aplauso, em reconhecimento ao relevante trabalho desenvolvido em prol da inclusão educacional no âmbito da rede pública de ensino, no plenário das deliberações desta casa de leis, de autoria da vereadora Maysa Leão; Processo n.º 32267/2025 – Requerimento que requer a realização de Sessão Solene em homenagem as instituições organizadoras da Expoecos-MT, de autoria da vereadora Katiuscia Manteli, subscrito pela vereadora Paula Calil; Processo n.º 33660/2025 – Requerimento que requer a realização de Sessão Solene de entrega de Moção de Aplausos em homenagem as profissionais cabelereiras do município de Cuiabá, de autoria da vereadora Maria Avalone. Processo n.º 33983/2025 – Requerimento que requer a realização de Sessão Solene para entrega de moções em homenagem ao Dia do Contador, de autoria da vereadora Paula Calil. Todos na fase única, a forma nominal/eletrônica, e quórum de maioria simples. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 21 (vinte e um) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores Eduardo Magalhães, Paula Calil, T. Coronel Dias, Maria Avalone, Dídimo Vovô, em separado), e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Katiuscia Manteli, Baixinha Girdelli, Dilemário Alencar, Ilde Taques, Dra. Mara, e Kássio Coelho. Foi apreciado o Processo n.º 19053/2025 – Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública Municipal a instituição "Jovens com Uma Missão Pantanal", de autoria do vereador Ranalli, na fase segunda, a forma nominal/eletrônica, e quórum de maioria simples. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 18 (dezoito) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores Eduardo Magalhães, T. Coronel Dias, em separado), e 08 (oito) ausências dos edis, a saber: Dídimo Vovô, Maysa Leão, Katiuscia Manteli, Baixinha Girdelli, Michelly Alencar; Ilde Taques, Dra. Mara, e Kássio Coelho. Foi proferida a leitura de Requerimento para a apreciação em Regime de Urgência Especial (R.U.E) do Processo n.º 34820/2025, de autoria do Executivo Municipal, contendo 20 (vinte) assinaturas. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 16 (dezesesseis) "votos sim" (voto sim do vereador T. Coronel Dias em separado), 03 (três) "votos não" e 07 (sete) ausências dos edis, a saber: Marcus Brito Jr., Maysa Leão, Katiuscia Manteli, Baixinha Girdelli, Michelly Alencar, Ilde Taques, e Kássio Coelho. Foi apreciado o Processo n.º 34820/2025 – Projeto de Lei que "dispõe sobre o



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

remanejamento de dotações orçamentárias em decorrência da reestruturação administrativa instituída pela Lei Complementar n.º 573, de 04 de setembro de 2025 e Lei Complementar n.º 574, de 11 de setembro de 2025, e dá outras providências”, (Mensagem nº 101/2025), de autoria do Executivo Municipal. Em seguida, foi convocada para exarar parecer oral a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) (membros/edis: Marcrean Santos/ Samantha Íris/ Daniel Monteiro), foi pela aprovação. Também foi convocada para exarar parecer oral a Comissão de Fiscalização, Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) (membros/edis: Alex Rodrigues/ Samantha Íris/ T. Coronel Dias), que foi pela aprovação. Em seguida, os pareceres foram postos em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 18 (dezoito) “votos sim” (voto sim do vereador T. Coronel Dias em separado), 02 (dois) “votos não” e 06 (seis) ausências dos edis, a saber: Marcus Brito Jr., Maysa Leão, Katiúscia Manteli, Baixinha Giraldelli, Michelly Alencar, e Ilde Taques. Da matéria em si. Posta em discussão. Para discutir o vereador Jeferson Siqueira solicitou esclarecimento ao vereador Marcrean Santos, pedindo sua colaboração em relação à matéria em discussão. No uso da palavra a presidente Paula Calil ponderou que seria mais prudente que o vereador Dilemário Alencar, na condição de líder do prefeito, realizasse a explanação da matéria. Pela liderança do governo municipal o vereador Dilemário Alencar explicou que o projeto do Executivo se referia a um remanejamento de dotações orçamentárias, justificando a medida pela recente unificação das secretarias de Educação, Esporte e Cultura e, posteriormente, da secretaria de Mobilidade Urbana com a Secretaria de Segurança Pública, aprovadas por esse parlamento; pontuou que o remanejamento exigia autorização legislativa para garantir a continuidade administrativa e o pagamento dos salários em dia; alertou que, sem a autorização deste Parlamento, os servidores corriam o risco de não receber seus vencimentos no próximo dia 30; frisou que a proposta visava dar fluidez às regras administrativas e orçamentárias das novas pastas; ressaltou que o processo não possuía vício de iniciativa nem criava novas despesas, mantendo integralmente o orçamento aprovado em dezembro de 2024, ou seja, na LOA de 2025. Para discutir o vereador Dídimo Vovô enfatizou a importância de se discutir a matéria com o Parlamento; recordou que a criação da Secretaria de Segurança foi encaminhada em regime de urgência pelo prefeito; criticou a posterior unificação das pastas de Segurança e SEMOB sem qualquer discussão com a Câmara; pontuou que o desmembramento da Secretaria de Esporte e Cultura também ocorreu sem debate; ressaltou que a fusão das secretarias de Educação, Esporte e Cultura igualmente não foi discutida pela Casa; revelou que até mesmo os secretários envolvidos não tinham conhecimento dessas fusões; questionou a falta de clareza e eficiência nas explicações dadas à população; defendeu que a Câmara Municipal precisava discutir e debater os projetos com maior amplitude, realizando mesas redondas, em vez de aceitar sucessivos remanejamentos encaminhados em regime de urgência; concluiu que a situação se tornou uma confusão e que o Parlamento deveria dar uma resposta à população. Para discutir a vereadora Baixinha Giraldelli afirmou que participou do processo de unificação das secretarias e viu os três secretários presentes; declarou que seria mentira alegar desconhecimento da junção por parte deles; explicou que a matéria em votação não possuía impacto financeiro, tratando-se apenas de um remanejamento orçamentário; reiterou que se tratava apenas de um remanejamento de orçamento; asseverou que os três secretários sabiam da junção das três pastas;



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

testemunhou que o processo foi passado por esta Casa e aprovado; defendeu que o prefeito e os vereadores da base sabem o que estão fazendo para mudar Cuiabá; concluiu perante a população que a medida era simplesmente um remanejamento para distribuir o orçamento das três pastas de forma unificada. Para discutir o vereador Daniel Monteiro concordou com a crítica do vereador Dídimo Vovô sobre o uso excessivo do regime de urgência, pontuando que, apesar de a matéria ser ordinária e burocrática, a cultura da urgência tem persistido; lembrou o compromisso assumido no início da legislatura de estabelecer uma mesa de diálogo e esmiuçar as matérias antes de votá-las; criticou a falta de humildade para reconhecer que essa promessa não foi cumprida; observou que a base governista atual repetia a prática criticada na gestão anterior; declarou que votaria a favor da matéria, mas contra o regime de urgência, por coerência; defendeu que as matérias deveriam ser discutidas pelos 27 vereadores eleitos democraticamente; questionou o tempo dedicado para debater impactos concretos, como a subordinação do Aquário Municipal e do museu à Secretaria de Educação; alertou que todos seriam corresponsáveis se algo desse errado; citou a Lei 746, da qual foi um dos autores, que vinculava a receita do ICMS à melhoria da educação; concluiu que a mudança do Aquário de pasta não resolveria o problema central e que era preciso parar para discutir assuntos importantes para a cidade. No uso da palavra a presidente Paula Calil esclareceu que a decisão sobre regimes de urgência especial não era monocrática, mas sim requerida por pelo menos 18 vereadores; explicou que o plenário era soberano e votava tais requisições; defendeu sua condução isonômica dos trabalhos, mesmo perante situações de desrespeito; frisou a importância da reciprocidade no trato entre os parlamentares; reconheceu a necessidade de discussão dos projetos do Executivo; ponderou que regimes de urgência aprovaram medidas importantes para a população, como auxílio emergencial, a revogação da taxa do lixo, e a tarifa zero no transporte aos domingos; alertou contra generalizações pejorativas sobre o instrumento; revelou que, diferentemente da atual legislatura, no ano anterior não aprovou regimes de urgência especial, mesmo com base consolidada do ex-prefeito Emanuel Pinheiro; concluiu reforçando que o requisito mínimo de 18 assinaturas era cumprido em todos os casos. Para discutir a vereadora Samantha Íris reiterou o apoio à fala da presidente sobre o regime de urgência; declarou que sempre assinaria pedidos de urgência para projetos benéficos ao desenvolvimento de Cuiabá, tanto do Executivo quanto de vereadores; destacou que os regimes de urgência nesta gestão visavam ao bem da população, não a empréstimos duvidosos; explicou que a matéria em questão era um mero ajuste técnico-orçamentário decorrente da fusão de secretarias previamente aprovada pela Casa; justificou a urgência pela necessidade de pagar a folha de servidores até o dia 24, considerando a proximidade da data; enfatizou que o remanejamento garantia o repasse de recursos à secretaria fundida para quitação dos salários; concluiu que votava com tranquilidade, por tratar-se de uma complementação séria e necessária de matéria já aprovada. Em questão de esclarecimento o vereador Jeferson Siqueira solicitou que fosse informado o valor desse orçamento. No uso da palavra a presidente Paula Calil informou que, segundo a Secretaria de Apoio Legislativo, secretário Nona, o processo já havia sido enviado a todos os vereadores por WhatsApp; explicou que bastava escanear o QR Code contido no material para acessar as informações solicitadas. Em tempo, o vereador Dilemário Alencar afirmou que “o vereador” já conhecia o orçamento de cada secretaria, uma vez que o próprio o aprovara na Lei



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Orçamentária Anual (LOA) de 2024; explicou que o remanejamento consistia em realocar valores, e citou que o valor aprovado para a Secretaria de Educação foi de aproximadamente R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), e para a Secretaria de Esporte, cerca de R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais); complementou que essas informações estavam disponíveis no grupo de WhatsApp dos vereadores da oposição. “Nesse íterim, foi registrado falas sobrepostas entre vereadores, motivo pelo qual parte das manifestações não pôde ser transcrita integralmente”. No uso da palavra a presidente Paula Calil afirmou que o valor estava na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelos vereadores no ano anterior; esclareceu que se tratava de uma transferência de dotação orçamentária; questionou a real intenção do questionamento, uma vez que os próprios vereadores haviam votado e aprovado o orçamento. Em seguida, feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 20 (vinte) (voto sim do vereador T. Coronel Dias em separado), 02 (dois) “votos não” e 04 (quatro) ausências dos edis, a saber: Marcus Brito Jr., Maysa Leão, Katiuscia Manteli, e Ilde Taques. Para declaração de voto o vereador Dídimo Vovô enfatizou novamente a necessidade de discutir a matéria com profundidade; observou que alguns parlamentares defenderam a fusão de secretarias, mas que era fundamental conhecer os valores envolvidos; criticou a falta de clareza da base do governo, que não soube informar os valores orçamentários consolidados; comparou a simplicidade da questão a “dois mais dois são quatro”; ressaltou que o líder do prefeito e demais aliados não conseguiram apresentar os dados solicitados; corrigiu publicamente os valores divulgados, afirmando que o orçamento original da Secretaria de Esporte e Cultura era pouco superior a R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais), e não R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) ou R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) da Educação; defendeu a prestação de dados concretos à população; justificou seu voto contra a matéria pela falta de transparência; discorreu que a base governista, incluindo o líder do prefeito, estavam buscando informações no sétimo andar, em redes sociais e no WhatsApp para responder à população; concluiu que era essencial discutir o tema com amplitude para evitar constrangimentos e garantir resultados claros para Cuiabá. Pela liderança do governo municipal o vereador Dilemário Alencar rebateu as críticas, afirmando que os números estavam disponíveis e haviam sido enviados aos vereadores Dídimo Vovô e Jefferson Siqueira; mostrou os documentos com os valores do remanejamento durante a sessão, através de seu celular; classificou a controvérsia como “bobagem” e mera tentativa de marcar posição política. No uso da palavra a presidente Paula Calil esclareceu os valores remanejados decorrentes da Lei Complementar 573; informou que o valor transferido para a “cultura” foi de R\$ 17.172.319,00 (dezessete milhões, cento e setenta e dois mil, trezentos e dezenove reais); informou o montante realocado para “esportes” como R\$ 7.883.699,88 (sete milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos); mencionou o valor destinado à “segurança” como R\$ 7.973.868,04 (sete milhões, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quatro centavos); explicou que o projeto em tramitação representava apenas uma transferência de dotação orçamentária entre secretarias, sem impacto financeiro adicional; reiterou que os recursos estavam sendo realocados devido às fusões previamente aprovadas pela Casa. Foi apreciado o Processo n.º 12268/2025 – Projeto de Lei que declara Utilidade Pública a Associação Rotary Club Cuiabá CPA, de autoria da vereadora Maysa Leão, na fase primeira, a forma nominal/eletrônica, e



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

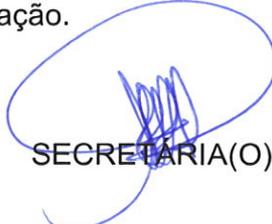
quórum de maioria simples. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 17 (dezesete) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores Marcrean Santos, T. Coronel Dias, Dilemário Alencar, em separado), e 09 (nove) ausências dos edis, a saber: Adevair Cabral, Marcus Brito Jr., Wilson Kero Kero, Chico 2000, Maria Avalone, Katiuscia Manteli, Ilde Taques, Daniel Monteiro, e Kássio Coelho. Foi apreciado o Processo n.º 17717/2025 – Projeto de Lei que institui o Dia Municipal do Profissional de Recursos Humanos no município de Cuiabá e dá outras providências, de autoria do vereador Adevair Cabral, na fase primeira, a forma nominal/eletrônica, e quórum de maioria simples. Em discussão, sendo feita a votação eletrônica, resultou na aprovação por 19 (dezenove) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores T. Coronel Dias, Dilemário Alencar, Michelly Alencar, em separado), e 07 (sete) ausências dos edis, a saber: Cezinha Nascimento, Chico 2000, Maria Avalone, Katiuscia Manteli, Ilde Taques, Daniel Monteiro, e Kássio Coelho. Em seguida, foram apreciadas as proposições dos vereadores, a saber: Adevair Cabral, Indicações n.ºs 33792, 33793, 33812 a 33814, 34158, 24160, 34162, 34170 a 34177, Moções de Aplausos n.ºs 33815, 34076, 34078; Alex Rodrigues, Indicações n.ºs 33999 a 34015, Moção de Aplausos n.º 34014; Cezinha Nascimento, Indicações n.ºs 33753, 33756, 33758 a 33762; Daniel Monteiro, Indicações n.ºs 34068 a 34071, 34081, 34082; Demilson Nogueira, Indicações n.ºs 34016 a 34023; Dídimio Vovô, Indicações n.ºs 34024 a 34038, 34040; Dilemário Alencar, Indicação n.º 34072; Dra. Mara, Indicações n.ºs 33658, 34731 a 34737, Moções de Aplausos n.ºs 33783 a 33829, 33988, 33989, 34073 a 34075, 34080, 34738; Jean Barros, Indicações n.ºs 33720, 33774, subscritas pela vereadora Paula Calil; Katiuscia Manteli, Indicações n.ºs 33985 a 33987, subscritas pela vereadora Paula Calil; Marcrean Santos, Indicações n.ºs 34659 a 34662; Marcus Brito Jr., Indicações n.ºs 33830 a 34334, 34336, 34338, 34340, 34342, 34344, Moções de Aplausos n.ºs 34347, 34350, 34352, 34354, 34355, 34358, 34360, 34362, 34364, 34366, 34367, 34369, 34371, 34373, 34375, 34377, 34381, 34387, 34389, 34391, 34393, 34395, 34396, 34398, 34400, 34402, 34404, 34406, 34408, 34410, 34411, 34413, 34415, 34417; Maysa Leão, Indicações n.ºs 33080, 34178, 34333, 34335, 34337, 34339, 34341, 34343, 34345, 34346, 34348, 34349, 34351, 34353, 34356, 34357, 34359, 34361, 34363, 34365, 34368, 34370, 34372, 34374, 34376 a 34654; Michelly Alencar, Indicações n.ºs 33777, 33781, 33782, Moções de Aplausos n.ºs 34655 a 34658; Paula Calil, Indicações n.ºs 33848 a 33859, 33861 a 33981, 34083 a 34169, 34686 a 34726, Moções de Aplausos n.ºs 34752 a 34763, 34801 a 34819; Moções de Pesar n.ºs 33397/2025 e 33982/2025; Prof. Mário Nadaf, Indicação n.º 34067; Ranalli, Indicações n.ºs 34663 a 34683; Samantha Íris, Indicações n.ºs 33728, 33738, 33739, 33745, 33771 a 33773; Sargento Joelson, Indicações n.ºs 33990 a 33998, 34451, 34453, 34455, 34457, 34458, 34460, 34462; T. Coronel Dias, Indicações n.ºs 34727 e 34728; Wilson Kero Kero, Indicações n.ºs 34052 a 34066. Após, feita a votação eletrônica, resultaram na aprovação por 23 (vinte e três) votos favoráveis (votos favoráveis dos vereadores T. Coronel Dias, Paula Calil, Dilemário Alencar, em separado), e 04 (quatro) ausências dos edis, a saber: Chico 2000, Katiuscia Manteli, Ilde Taques, e Kássio Coelho. Em questão de ordem o vereador Jeferson Siqueira defendeu o caráter democrático do espaço parlamentar; reconheceu que embora os debates possam ser acalorados, o respeito deveria ser unânime entre os pares; denunciou a existência de um decreto do prefeito Abílio que proibia a vice-prefeita de falar em nome de Cuiabá; manifestou veemente discordância



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

com a medida, classificando-a como inadmissível; dirigiu-se ao líder Dilemário Alencar, ressaltando conhecer sua história e repudiando o decreto; alertou sobre a contradição de uma mesa diretora feminina tolerar o silenciamento de uma mulher em cargo eletivo; questionou se a medida não configuraria um ato ditatorial; exigiu que a Câmara se pronunciasse sobre o caso; solicitou à presidente Paula Calil, em sua posição de liderança e como defensora das mulheres, que se posicionasse formalmente contra o decreto; concluiu reafirmando que esse parlamento não aceitaria tal "aberração" e exigiu uma resposta à altura. No uso da palavra a presidente Paula Calil declarou não ter conhecimento sobre o assunto, e afirmou que não poderia se manifestar sobre algo sem informações; ressaltou que estava na condução dos trabalhos legislativos naquele momento e que nada havia chegado ao seu celular. Após, às 12h08, a sra. presidente – vereadora Paula Calil declarou por encerrada a presente sessão, convocando os pares para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 23/09/2025, em horário regimental. Esta é a Ata que se lavrou para constar, devendo ser assinada, mediante leitura e aprovação.


PRESIDENTE


SECRETARIA(O)

MAURO
TSUGUMITI
FUKUHARA:57175
519168

Assinado de forma digital
por MAURO TSUGUMITI
FUKUHARA:57175519168
Dados: 2025.09.19
10:41:38 -04'00'

Mauro Tsugumiti Fukuhara.
Taquígrafo Legislativo.